

Governo decide elevar vale-gás e dar auxílio a caminhoneiro



O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que propõe flexibilizar Lei das Estatais para facilitar indicações, como na Petrobras

Governo e Congresso decidem ampliar Auxílio Gás e criar vale-caminhoneiro

Medidas ainda não têm custo estimado, e técnicos apontam riscos de violação da lei eleitoral

Julia Chaib, Ildiana Tomazelli e Thiago Resende

BRASÍLIA A menos de quatro meses das eleições, o governo Jair Bolsonaro (PL) e o Congresso Nacional decidiram ampliar o Auxílio Gás e criar um auxílio para caminhoneiros como resposta à alta no preço dos combustíveis. Os detalhes foram acertados em uma reunião entre o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, e os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), nesta terça-feira (21). A informação foi confirmada por técnicos e integrantes do Palácio do Planalto.

A viabilidade das medidas está em análise pela AGU (Advocacia-Geral da União), pois há o risco de que a criação do vale aos caminhoneiros viole a lei eleitoral. Na avaliação de parte do governo, a inclusão da medida em uma PEC (proposta de emenda à Constituição) afasta os questionamentos eleitorais, mas, ainda assim, técnicos veem riscos. A expectativa é contemplar entre 700 mil e 900 mil caminhoneiros autônomos com o vale. O piso de R\$ 400 pago no programa Auxílio Brasil tem sido uma referência nas discussões sobre o valor. No Congresso, porém, há quem prefira um subsídio direto ao diesel, por meio de um

fundo de compensação para reduzir o preço nas bombas. Essa possibilidade foi defendida por Pacheco, que é favorável à criação de um fundo de estabilização. No caso do Auxílio Gás, uma das possibilidades é reduzir o intervalo do pagamento do benefício, que passaria a ser mensal em vez de bimestral, segundo fontes do governo ouvidas pela Folha. Outra opção é dobrar o valor pago às famílias a cada dois meses. O Auxílio Gás foi criado em novembro do ano passado e paga 25% do valor de um botijão de gás de 13 kg às famílias beneficiárias a cada dois meses. Em junho, o valor do benefício é de R\$ 53, pago a

5,7 milhões de famílias. No entanto, vendas em queda indicam que os recursos não estão sendo utilizados na compra de botijões, diz o setor. Segundo dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), as vendas de botijão registram queda de 5,6% nos primeiros quatro meses de 2022, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Entre janeiro e março, o volume de gás de cozinha vendido em botijões de 13 quilos no país é menor pelo menos desde 2017, também de acordo com estatísticas da ANP. A ampliação do Auxílio Gás deve dobrar o custo do programa, que hoje oscila entre

R\$ 275 milhões e R\$ 300 milhões mensais. Autorização para as despesas deve ser incluída na mesma PEC que tramita no Senado e prevê uma compensação aos estados pela redução de tributos sobre diesel e gás. Os valores ficam fora do teto de gastos, a regra que limita o crescimento das despesas à variação da inflação. Técnicos da área econômica ainda trabalham nas estimativas sobre o custo adicional das medidas. O governo passou a defender a criação dos benefícios para caminhoneiros e para população de baixa renda diante da resistência da equipe econômica à ideia de altera-

ção na Lei das Estatais. Nesta segunda (20), Lira sugeriu que o Palácio do Planalto enviasse uma MP (medida provisória) para que as regras para indicações nas estatais fossem modificadas — o plano é flexibilizar as normas para trocas de comando nas empresas (leia texto abaixo). O ministro Paulo Guedes (Economia), porém, se opôs à proposta de modificar a Lei das Estatais. Por isso, a ideia perdeu força, mas não foi totalmente descartada. Líderes do Congresso ainda sustentam que a flexibilização deve ser feita, por considerarem que os critérios para indicações nas companhias estão muito rígidos. Para tentar desmobilizar o Congresso a intenção de mudar a Lei das Estatais, ministros e a cúpula do Congresso planejam lançar os auxílios como forma de compensação ao aumento dos preços dos combustíveis. Estratégia, porém, deve elevar os custos do governo com o pacote. Guedes já deu aval a um conjunto de medidas com impacto de R\$ 46,4 bilhões. A lista inclui um repasse de até R\$ 29,6 bilhões para estados em troca de eles zerarem tributos sobre diesel e gás e uma renúncia de R\$ 16,8 bilhões com a desoneração de tributos federais sobre gasolina e etanol. Em entrevista coletiva no Palácio do Planalto, o ministro da Economia chegou a dizer que o pacote para combustíveis teria um custo de até R\$ 50 bilhões neste ano. Ainda está em discussão incluir na PEC a verba necessária para bancar os custos de um projeto de lei, de relatoria do deputado Isnaldo Bulhões (MDB), que prevê um aumento da passagem para idosos no transporte público. A preocupação com a lei eleitoral decorre de ela proibir, no ato da disputa, a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da administração pública, exceto em situações extremas (como calamidade ou emergência) ou em casos de programas sociais autorizados em lei e que já eram executados no ano anterior. Leia mais à pág. A14 e na coluna de Vinicius Torres Freire, à pág. A16

Lira quer mudar Lei das Estatais para facilitar trocas na Petrobras

BRASÍLIA A flexibilização dos critérios para indicações de membros de conselhos e diretoria de empresas públicas é um dos pontos que estão no radar de parlamentares para uma possível alteração na Lei das Estatais. A lei foi uma das primeiras aprovadas na gestão do ex-presidente Michel Temer (MDB), em resposta a uma série de investigações que apontaram malfetões e uso político das empresas em administrações anteriores. O objetivo era fortalecer a governança das estatais e blindá-las contra ingerência política. Mais recentemente, porém, os dispositivos da lei serviram para barrar as pretensões do presidente Jair Bolsonaro (PL) e aliados para o comando da Petrobras, uma sociedade de economia mista controlada pela União e que tem atuação decisiva no mercado de combustíveis — cuja alta de preços é vista como obstáculo à reeleição de Bolsonaro. Outro dispositivo que está na mira dos articuladores da mudança é o que exige ao menos 25% de membros independentes no conselho de administração das empresas. Aliados do chefe do Executivo, incluindo o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), defendem a flexibilização da Lei das Estatais para facilitar trocas no comando das empresas e evitar a repetição de episódios como o da demissão de José Mauro Coelho, o mais recente ex-presidente da Petrobras. "O que se pretende é uma

solução mais rápida para a substituição quando houver necessidade", disse à Folha o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR). Coelho foi demitido em 23 de maio, mas permaneceu no cargo até a segunda-feira (20) devido aos trâmites necessários para a sucessão. Pelas regras, o novo indicado, o secretário Caio Paes de Andrade, que atua hoje no Ministério da Economia, precisa ter o nome aprovado em assembleia geral de acionistas, após um rigoroso processo de verificação de seu currículo. Ademais, a mudança e o fato de a Petrobras ter, nesse intervalo, anúncio do mais um reajuste no preço dos combustíveis despertaram a ira da classe política, que lançou mão de vários instrumentos de pressão pela saída de Coelho. Ele renunciou na segunda (20).

O governo já tem uma lista de novos indicados para o conselho de administração da Petrobras, que inclui o procurador-geral da Fazenda Nacional, Ricardo Soriano, e o secretário-executivo da Casa Civil, Jonathan Nery de Castro — ele é o número 2 na pasta comandada pelo ministro Ciro Nogueira. Representantes dos ministros no conselho da estatal já vinham alertando, porém, para o fato de que o próprio Paes de Andrade não preenche os requisitos da Lei das Estatais para ocupar a presidência da Petrobras. A lei exige de postulantes a cargos de direção experiência de dez anos na mesma área de atuação da empresa pública ou em área conexa; ou quatro anos na chefia em empresa de porte equivalente, cargo em comissão ou de confiança

no setor público; ou cargo de docente ou de pesquisador em áreas de atuação da estatal para a qual foi nomeado. O texto permite ainda a nomeação de indicados com quatro anos de experiência como profissional liberal em atividade direta ou indiretamente vinculada à área de atuação da empresa pública ou sociedade de economia mista. É nesse contexto que os parlamentares querem mudar os critérios para indicações de membros dos conselhos e das diretorias, bem como a composição desses colegiados. Não está descartado também fazer alguma alteração na lei que possa ajudar o governo a brejar eventuais reajustes nos combustíveis. A estratégia de Lira é pressionar o governo a enviar uma MP (medida provisória) alterando a lei, pois, segundo deputados próximos a ele, isso reduziria a resistência da equipe econômica às alterações nas normas para as estatais. Além disso, a flexibilização nas regras passaria a ter efeito imediato, após a MP ser editada pelo Planalto. Na equipe econômica, técnicos são taxativos em afirmar que uma mudança como essa "não sai do Ministério da Economia". Para essa ala, as vedações à indicação de políticos, por exemplo, a cargos em empresas estatais é muito importante. A preocupação é que haja um retrocesso na Lei das Estatais. No Executivo, ainda não há definição sobre o envio de uma MP, embora a discussão

da medida tenha sido apontada até pelo líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), em suas redessociais. Nas conversas com integrantes da Câmara, Lira tem reforçado a indignação com o último reajuste nos preços dos combustíveis e atribui a decisão da Petrobras a Coelho. Por isso, membros do centro, grupo de partidos que fazem parte da base aliada do governo, querem retirar poderes das estatais e ampliar a gerência do governo sobre as empresas. Thiago Resende, Ildiana Tomazelli e Julia Chaib Pacheco diz que a alteração da regra não é solução e critica CPI

Mais cedo, Pacheco havia criticado a possibilidade de instalação de uma CPI da Petrobras, acrescentando que não há "a mínima razoabilidade" em uma comissão com esse fim no momento. "Nem me cabia opinar dentro de iniciativas da própria Câmara dos Deputados. Mas eu particularmente, sobre um conceito de CPI para um caso desses, obviamente não sou favorável. Acho que não tem a mínima razoabilidade uma CPI num momento destes." O presidente do Senado concedeu entrevista ao repórter com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o ministro Ciro Nogueira (Casa Civil), o advogado-geral da União, Bruno Bianco, e a secretária especial do Ministério da Economia Daniella Marques. O encontro tratou de medidas para conter o preço dos combustíveis. Pacheco, novamente, contrariou a posição de Lira, que havia defendido que o governo atuasse mais através de medidas provisórias, inclusive para alterar a Lei das Estatais. "Não posso estar reticente a nenhum tipo de iniciativa que tenham bom caráter. Mas não me parece que seja a solução, diante de um problema casuístico circunstancial em função de uma guerra [a Ucrânia], do aumento dos preços dos combustíveis, haver uma alteração numa lei concebida dentro de critérios para se ter regras em relação às estatais, para diminuir interferência política e dar mais governança a essas empresas." Renato Machado

Governo não tem poder de interferir em preço de combustível, diz ministro

Em audiência na Câmara, Adolfo Sachsida, de Minas e Energia, afirma que governo tenta amenizar problema com redução de impostos

Thaísa Oliveira e Renato Machado

BRÁSILIA O ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, afirmou nesta terça-feira (21) que o governo não tem poder para interferir no preço dos combustíveis e que o nome de Caio Paes de Andrade “satisfaz todos os critérios necessários para estar à frente” da Petrobras.

“Eurespeto o presidente José Mauro [Coelho], ex-presidente da Petrobras. Todo respeito a ele, ao CA [conselho de administração], seus diretores. Mas, tão logo eu assumi como ministro, eu achei por bem promover uma troca na empresa porque acredito que é o momento de aumentar a competição. Não há como ajudar o consumidor brasileiro com a estrutura atual.”

José Mauro Coelho abriu mão do cargo na segunda-feira (20) diante da ofensiva do presidente Jair Bolsonaro (PL) para tentar reduzir o preço dos combustíveis antes das eleições e do anúncio de uma CPI da Petrobras. O PL, partido do presidente, articula a criação da comissão na Câmara dos Deputados.

O ministro disse que, se o Congresso não quiser uma CPI da Petrobras, “a parceria” com o governo vai continuar mesmo assim. Sachsida também afirmou que a Lei das Estatais “é passível de melhora”.

“Lei das Estatais é o seguinte: governança é fundamental. É claro que a Lei das Estatais avançou em questões importantes. Agora, toda lei é passível de melhora. Se o Congresso Nacional decidir

melhorar a Lei das Estatais, certamente será uma medida legítima”, disse.

A intenção de alterar a Lei das Estatais foi posta pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), na segunda (20). Ele cobrou que governo e Ministério da Economia se envolvam mais nas discussões e resolvam as questões infraconstitucionais via medida provisória, que têm aplicação imediata.

“Sobre a questão de ser a favor ou contra uma CPI: eu respeito as decisões do Congresso Nacional. Se as decisões do Congresso Nacional forem por uma CPI, saibam que o Ministério de Minas e Energia estará ao lado do Congresso Nacional providenciando as informações, requerimentos necessários”, afirmou Sachsida. “Se o Congresso achar por bem não ter uma CPI, vamos continuar a nossa parceria, vamos continuar seguindo em frente.”

Segundo Sachsida, apesar de a União ser a acionista majoritária da Petrobras, não é possível interferir no preço dos combustíveis. Ele disse que o governo tenta “amenizar o problema” com a redução de impostos federais e que não existe “bala de prata” nem “salvador da pátria”.

“Eu entendo que muitos dos senhores são cobrados pela população porque é difícil para a população entender por que o governo não interfere no preço dos combustíveis. Com toda a transparência, eu preciso ser claro: não é possível interferir no preço”, disse aos deputados federais.

“Não está no controle do governo. E, honestamente, preço é uma decisão da empresa, não do governo. Além disso, nós temos marcos legais que impedem intervenções do governo na administração de uma empresa, mesmo o governo sendo o acionista majoritário.”

Sachsida participou de audiência pública na Câmara dos Deputados. Ele foi convidado para falar sobre o preço dos combustíveis e sobre a intenção do governo de privatizar a Petrobras, anunciada assim que assumiu o ministério.

O ministro de Minas e Energia fez uma apresentação em PowerPoint indicando que a Petrobras teve mais lucro do que a média de outras petrolíferas e que também tem mais gastos com pessoal, segundo ele. Quando lhe foi perguntado se tinha orgulho do lucro da estatal, respondeu que não.



SENADO APROVA CONVITE PARA OUVIR GUEDES E EX-PRESIDENTE DA PETROBRAS

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou requerimento de convite ao ministro Paulo Guedes, para dar explicações sobre o mais recente anúncio de reajuste no preço dos combustíveis. Os senadores aprovaram também convite ao ministro Adolfo Sachsida e ao ex-presidente da Petrobras José Mauro Coelho, que renunciou nesta semana. As autoridades não são obrigadas a comparecer quando se trata de um convite, diferentemente da modalidade convocação, na qual a presença é obrigatória, sob risco de responder por crime de responsabilidade

“A pergunta foi ‘lucro excessivo punindo a população, se eu tenho orgulho disso’. Não, não tenho, claro que não. Todos nós aqui temos responsabilidade social”, disse. Em seguida, repetiu a afirmação de que o governo não tem influência nas decisões da estatal, mas cobrou “sacrifício” da petrolífera.

“Mas, veja, eu falo como alguém que não está na companhia. A Petrobras é uma companhia listada em Bolsa, e as decisões são tomadas pelo seu presidente, pelos seus diretores e pelo seu conselho de administração. Não há influência do governo nessas decisões. O que o governo faz é escolher o seu presidente e indicar alguns membros do conselho para dar alguns nortes para a companhia.”

Uma das ideias no radar da Câmara é flexibilizar os critérios para a indicação de membros de conselhos e diretorias de empresas públicas. A mudança facilitaria as trocas de comando e evitaria episódios como o de José Mauro Coelho, que ficou quase um mês no cargo depois de ter sido demitido porque resistia a deixar a companhia antes da assembleia de acionistas.

Caio Paes de Andrade é secretário de Desburocratização do Ministério da Economia e foi indicado pelo governo para assumir a petrolífera. Representantes dos minoritários no conselho da estatal têm alertado, no entanto, para o fato de que ele não preenche os requisitos da Lei das Estatais para ocupar o cargo.

Questionado pela oposição sobre o PPI (Preço de Paridade Internacional), Sachsida afirmou que “não morre de amores” pela política, mas que “não cabe ao burocrata decidir preços”. Implementado em 2016 durante o governo Michel Temer (MDB), o PPI faz com que o preço do petróleo no Brasil acompanhe a variação do barril no exterior.

“A política de preços é de uma empresa. Cabe a ela decidir se vai mudar ou não. É por isso que eu não gosto de intervir em preços. Não é o melhor caminho. E qual é o melhor caminho? É mais competição. E como gera mais competição? Fazendo com que a Petrobras cumpra com a decisão do Cade [Conselho Administrativo de Defesa Econômica] de vender as refinarias que ela já deveria ter vendido.”



Honestamente, preço é uma decisão da empresa, não do governo. Além disso, nós temos marcos legais que impedem intervenções do governo na administração de uma empresa, mesmo o governo sendo o acionista majoritário

Adolfo Sachsida
ministro de Minas e Energia

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado **Caderno:** A **Página:** 13 e 14